

**CONGRESSO** | Proposta foi aprovada na CCJ em outubro, mas não avançou; cabe ao presidente da Câmara instalar comissão especial, antes de o tema ser levado ao plenário

# Câmara estuda reagir ao STF e destravar PEC que limita poder de ministros

MARIANNA HOLANDA E VICTORIA AZEVEDO

Da Folhapress - Brasília

Integrantes da cúpula da Câmara dos Deputados dizem que a Casa deve avançar com a PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita decisões monocráticas de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) em uma resposta política à corte. Na última semana, o Supremo decidiu de forma unânime derrubar a manobra da Câmara a favor do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) e suspender apenas parte do processo contra o parlamentar relativo à trama golpista de 2022.

No entendimento dos ministros, só Ramagem poderia se beneficiar da medida e apenas em relação a uma parcela das acusações.

Agora, deputados devem dar seguimento à PEC aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa em outubro do ano passado. Ela fazia parte de pacote que mirava a atuação do STF, diante da insatisfação de parlamentares com a decisão da corte em suspender a execução de emendas

parlamentares.

Oriunda do Senado, a proposta restringe o poder de os magistrados do tribunal derrubarem por decisão monocrática (individual) leis aprovadas pelo Congresso.

Pelo rito das PECs, cabe ao presidente da Câmara criar uma comissão especial para discutir a proposta — o que não ocorreu na gestão Arthur Lira (PP-AL) após aprovação na CCJ. Caso chancelada nessa comissão, ela segue para análise em plenário.

Cinco interlocutores do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmaram à reportagem que a cúpula da Casa deve agora prosseguir com esse tema em reação ao Supremo.

Na noite de terça-feira (13), Motta anunciou nas redes sociais que a Casa entrou com uma ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) para levar o caso Ramagem ao plenário do STF. “A harmonia entre Poderes só ocorre quando todos usam o mesmo diapásão e estão na mesma sintonia”, afirmou.

Antes da decisão do STF sobre o caso Ramagem, já havia um mal-estar entre depu-

tados a respeito do bloqueio de emendas de saúde e de um pedido de explicações ao líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), sobre o mesmo tema — ambos feitos por Flávio Dino, ministro do Supremo.

Os repasses suspensos dos parlamentares eram aqueles que não se adequavam às regras estabelecidas de transparência e rastreabilidade com o Judiciário.

No caso da declaração feita por Sóstenes, interlocutores de Motta disseram considerar um desrespeito o pedido de esclarecimentos feito pelo ministro, que poderia simplesmente ter feito uma ligação ao presidente da Casa.

Nesta semana a Câmara está esvaziada e funcionando numa espécie de recesso, sem votações em plenário, já que Motta e alguns parlamentares estão fora do país. Há uma expectativa entre deputados de que esse assunto seja discutido com mais profundidade na próxima semana.

Essa discussão ocorre num momento em que parlamentares avaliam que é necessário dar uma resposta

ao Supremo, diante do que classificam como uma nova interferência do Judiciário sobre o Legislativo. Para eles, Motta tem buscado o diálogo, mas a corte não tem respondido da mesma forma.

Aliados do presidente da Câmara dizem ainda que a resposta à corte pode vir de forma “homeopática”, começando pela alternativa menos belicosa, que é a PEC das decisões monocráticas.

Como a Folha mostrou em fevereiro, os ministros do STF intensificaram a partir de 2009 a concessão desse tipo de decisão em ações de controle de constitucionalidade.

Há no Legislativo ainda outras propostas mais polêmicas, como a que muda a forma de indicação para ministros da corte ou a que autoriza aos parlamentares rever decisão do STF. Essas, no entanto, ainda não estão no radar das lideranças e não deverão avançar neste momento.

No julgamento do STF sobre a suspensão da ação penal de Ramagem, coube a Dino o voto mais duro. Ele afirmou que a Câmara, ao tentar suspender todo o processo, ultrapassa suas

atribuições constitucionais e tenta promover “indevida ingerência em um processo judicial de competência exclusiva do Supremo”.

“Somente em tiranias um ramo estatal pode concentrar em suas mãos o poder de aprovar leis, elaborar o orçamento e executá-lo diretamente, efetuar julgamentos de índole criminal ou paralisá-los arbitrariamente — tudo isso supostamente sem nenhum tipo de controle jurídico”, afirmou Dino.

Interlocutores de Motta dizem que, mesmo antes da decisão do STF, que era esperada, já se discutia a possibilidade de uma resposta à corte. Entre os líderes, no entanto, há quem defenda maior cautela para evitar aumentar a crise institucional.

Um deles diz à reportagem que é preciso avançar com a discussão de pautas que buscam defender a prerrogativa dos parlamentares, mas afirma que isso não pode ocorrer como um enfrentamento ao Supremo. Nesse sentido, defende que o tema volte à discussão dos parlamentares mais adiante, não no calor dos eventos recentes.

Apesar disso, há uma avaliação entre os deputados de que é necessário dar uma resposta institucional ao STF neste momento. Eles dizem ainda que a PEC das decisões monocráticas já foi aprovada pelo Senado em 2023 e, portanto, não haveria uma exposição à imagem somente dos deputados nesse caso.

Os parlamentares também se queixam do que consideram um excesso de decisões monocráticas expedidas pelos ministros do STF nos últimos.

Levantamento feito pela Folha mostrou que o número de liminares individuais em ADIs (ação direta de inconstitucionalidade) e ADPFs (arguição de descumprimento de preceito fundamental) foi de apenas 6 em 2007 e chegou a um pico de 92 em 2020. No ano passado, foram 71.

Desde 2024, deputados fazem críticas à atuação do Judiciário, afirmando que a corte e seus ministros desrespeitam a autonomia dos Poderes. Neste ano, os deputados criaram uma secretaria na Câmara dedicada a defender as prerrogativas e a imunidade dos parlamentares.

## ELEIÇÕES 2026

# Fratura entre PT e PDT tumultua reaproximação de partidos nos estados

JOÃO PEDRO PITOMBO

Da Folhapress - Salvador

A fratura na relação entre PT e PDT, com a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência, tumultua o processo de reaproximação entre os dois partidos no momento em que eles voltavam a construir pontes e retomar alianças nos estados.

Sob pressão no governo Lula (PT), Lupi pediu demissão do cargo em meio à crise dos descontos ilegais em aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Na terça-feira (6), quatro dias após o pedido, a bancada nacional do PDT na Câmara dos Deputados rompeu com o governo e anunciou posição de independência.

A crise deve abalar a retomada do diálogo entre os dois partidos, que voltavam a firmar alianças após os atritos do pleito de 2022.

Naquela eleição, o PDT concorreu ao Planalto com Ciro Gomes, que fez uma campanha crítica a Lula e terminou em quarto lugar.

As duas siglas estiveram no mesmo palanque em apenas cinco estados, sendo quatro deles em apoio a candidatos de outros partidos. O PT não apoiou nenhum pedetista para os governos estaduais, e o PDT endossou apenas Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte.

Desde então, a reaproximação mais simbólica aconteceu na Bahia, onde o PDT selou o retorno à base do governador Jerônimo Rodrigues (PT) dias antes da demissão de Lupi. A negociação teve a digital do próprio ex-ministro da Previdência e do seu então colega de Esplanada Rui Costa (Casa Civil) e atendeu aos anseios de líderes políticos do interior do estado.

O PDT estava na oposição havia quatro anos, desde que rompeu com Rui e decidiu apoiar a candidatura de ACM Neto (União Brasil) para o Governo da Bahia em 2022. Na época, o movimento foi influenciado pelo cenário nacional, em que o PDT buscava apoio para a candidatura presidencial de Ciro.

Em Salvador, o PDT já era aliado do União Brasil desde 2020, quando indicou Ana Paula Matos para a vice de Bruno Reis — ambos foram eleitos em 2020 e reeleitos em 2024. O partido também filiou o deputado federal Leo Prates, um dos aliados mais próximos de ACM Neto.

O retorno do PDT para a base petista na Bahia dividiu o partido, teve resistências entre líderes em Salvador e agora enfrenta um cenário de instabilidade diante do novo afastamento entre os dois partidos na esfera nacional.

Deputados estaduais

que planejavam filiação ao PDT para 2026 estão em compasso de espera, aguardando ficar mais claro o cenário das movimentações políticas nacionais.

Presidente do PDT na Bahia, o deputado federal Félix Júnior minimiza o impacto da fissura entre os dois partidos. “Não acredito que a decisão nacional vá repercutir na Bahia. Pelo contrário, acho que a Bahia pode ajudar a aproximar os partidos em nível nacional”, diz.

No Ceará, base política de Ciro e epicentro de disputas renhidas entre os dois partidos nas últimas eleições, PT e PDT ensaiam uma reaproximação desde fevereiro deste ano. O movimento foi liderado por Lupi, que participou de uma reunião com o governador petista Elmano de Freitas.

A crise nacional, contudo, voltou a embaralhar o cenário no estado. Na semana passada, Ciro participou de uma reunião com a bancada de oposição na Assembleia Legislativa do

Ceará.

No encontro, defendeu uma união das oposições no Ceará e sinalizou apoio à candidatura ao Senado do deputado estadual bolsorista Alcides Fernandes (PL). Ele é pai do deputado federal André Fernandes (PL), derrotado em 2024 na disputa pela Prefeitura de Fortaleza.

Questionado sobre a aproximação com o PT no Ceará, o deputado federal André Figueiredo, presidente do diretório estadual do PDT, disse que ainda não há aliança formal entre os dois partidos.

Em Fortaleza, ao menos seis dos oito vereadores do partido apoiam o prefeito Evandro Leitão (PT). Na Assembleia Legislativa, há uma divisão da bancada entre opositoristas e remanescentes aliados do senador Cid Gomes, irmão de Ciro que migrou para o PSB.

Possível candidato a governador em 2026, o ex-prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio lidera a ala do PDT que se mantém

na oposição a Elmano. Ele foi convidado a se filiar ao União Brasil, caso tenha portas fechadas para uma candidatura no atual partido.

“Defendemos um projeto alternativo ao PT, que tem produzido retrocessos econômicos, sociais e políticos para o estado”, afirma.

Outro estado em que houve uma reaproximação é o Piauí, onde o PT elegeu em 2022 o governador Rafael Fonteles (PT), mas o PDT fez parte da chapa de Sílvio Mendes (União Brasil).

Os dois partidos voltaram a se aliar nas eleições de 2024, em Teresina, na chapa liderada por Fábio Novo (PT) — que acabou derrotada por Sílvio Mendes.

Sem deputados federais e estaduais, o PDT estadual trabalha na formação de chapas para voltar a ter representação na Assembleia e na Câmara. A expectativa é que o partido apoie a reeleição de Fonteles.

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
GABINETE DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS-GBSAAC  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATO -SUAC

**AVISO DE ABERTURA**  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2025/SES/MT - CONTRATO DE GESTÃO  
PROCESSO N.º SES-PRO-2025/22650

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, torna público para conhecimento de todos os interessados a publicação do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2025/SES/MT, visando à celebração de contrato de gestão com entidade sem fins lucrativos qualificadas previamente como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE JUNTO AO ESTADO DE MATO GROSSO, nível III - experiência no gerenciamento por quantidade superior a 200 leitos, com procedimentos de média e alta complexidade, nos termos do edital e seus anexos. O presente Chamamento Público tem por objeto “selecionar a melhor proposta apresentada pelas proponentes, para a celebração de contrato de gestão com a SES/MT para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Doutor Antônio Fontes de Cáceres e seu Anexo I”, observando-se o valor teto estabelecido no edital, em regime 24h, que assegure assistência universal, integral e gratuita à população, em consonância com a Lei Complementar n.º 583, de 17 de janeiro de 2017, com o Decreto n.º 764, de 29 de fevereiro de 2024, e com a Lei n.º 8.080/1990, sem prejuízo das demais legislações e normativas vigentes. As entidades interessadas em participar da seleção pública, deverão encaminhar, no prazo estabelecido no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA, ao e-mail [protocolo@ses.mt.gov.br](mailto:protocolo@ses.mt.gov.br), o ANEXO VII - FORMULÁRIO DE ENVIO DE PROPOSTA preenchido e os seguintes documentos contidos nos CADERNOS, seguindo o trâmite detalhado na seção 4 do Edital. O contrato de gestão seguirá os valores estabelecidos no Edital e terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado. O EDITAL E SEUS ANEXOS estarão disponíveis, no site da SES no endereço <https://www.saude.mt.gov.br/unidade/licitacoes/1463cha> memento-publico-oss-gestao-de-contratos e no Portal de Aquisições do Estado - SIAG, através do link <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/scg/faces/pub/scg/ce/ntal/EditalPageList.jspx>. Demais informações: (65) 3613-5410.

Cuiabá, 13 de maio de 2025.

**WESLEY JEAN NUNES DA CUNHA BASTOS**  
Superintendente de Aquisições e Contratos  
(Original assinado nos autos)

**ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MARTINS**  
Secretário Adjunto de Aquisições e Contratos  
(Original assinado nos autos)

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - RESOLUÇÃO CONTRATUAL**  
KAPPA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, empresa privada inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 97.522.734/0001-72, estabelecida à Rua XV DE Novembro, nº 3758, Redentora, na cidade de São José do Rio Preto/SP, conforme faculta a Lei n.º 6.766 de 19 de Dezembro de 1979 e artigo 62, da Lei 13.097 de 19 de Janeiro 2.015, resolve pelo presente Edital, NOTIFICAR os proponentes dos lotes, localizados no Empreendimento “PQ. ROSA BORORO (RONDONÓPOLIS-MT)”, abaixo relacionados, acerca da rescisão contratual motivada pela inadimplência absoluta, que apesar de notificados não regularizaram a pendência dentro do prazo contratual e legal. Assim, pelo presente, ficam NOTIFICADOS na forma da legislação vigente, para que ninguém possa alegar ignorância/desconhecimento, expedir-se o presente com o prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento e a consequente desconsideração a esta notificação, consolidará a resolução do contrato de compra e venda, ensejando a aplicação das sanções legais, ficando eventuais valores de reembolso, caso existente, a crédito dos Notificados, desobrigando a Notificante de qualquer comunicação futura.

NOME DO CLIENTE	CPF	QUADRA	LOTE
ADILSON PEREIRA DA SILVA	816.704.211-04	65	16
CLEBERSON MARTINS MACHADO	028.543.731-27	66	13
ELIEL ALVES SANTOS	022.103.211-82	22	14
ELIOMAR GABRIEL MARTIRAS	010.786.991-33	24	32
GENILDA CARNEIRO DOS SANTOS	025.592.861-06	21	06
ISMAEL DE SOUZA MENDES	486.571.741-20	31	16
ISMAEL DE SOUZA MENDES	486.571.741-20	31	17
ITALA RIBEIRO CABRAL	736.915.181-68	63	36
JOANETE ANTUNES MACEDO	006.795.961-00	15	04
LAURITA GABRIEL MATIRAS	012.640.641-36	24	33
RODRIGO GOMES DA SILVA	046.786.291-57	39	16
SAULO DOS SANTOS VASCONCELOS	068.494.614-94	45	02
SERVIDEUS JOAQUIM DE LIMA	172.231.561-04	22	03
JAQUELINE RODRIGUES	744.995.811-04	07	28
ANA PAULA DOS SANTOS CRUZ	556.576.642-72	41	42
TAMARA RAMOS GALBE	043.880.851-70	61	13
DAIANE DOS SANTOS SOBREIRA	023.488.153-46	40	30
ELICIANA SOARES DE CARVALHO	729.003.181-49	42	13
NAIDE MARIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO	292.779.141-49	19	02
NERCI DO CARMO PESSOA PINHEIRO	039.656.938-24	22	09
MARCOS RAMOS FERREIRA	864.239.161-87	28	17
MARCOS RAMOS FERREIRA	864.239.161-87	58	40
ARI JUNIO BATISTA DE LIMA	063.556.771-78	55	18
CARLIANE BATISTA DE SOUSA	061.682.361-47	57	09
MARIA MADALENA DE SOUZA	930.002.001-34	24	04
ROSALINA ARTUR ALVES	918.917.531-49	09	04
FRANKLIN MAGALHÃES PASSOS	021.860.075-50	42	04
ERICK DE ABREU FERREIRA	116.937.274-04	08	09
EDIANE ALVES DO ROSARIO	974.644.222-87	23	11
RAFAEL FERREIRA DA SILVA	024.664.721-39	34	24
CRISTINA C. DA C. OLIVEIRA	013.915.361-69	11	18
RONIEIR DOS SANTOS FELIX	023.556.321-89	28	12
MARIA DA GLÓRIA GOMES	046.628.606-13	29	01
ELOIZA DA SILVA	886.503.831-49	59	22
ROSIANE XAVIER DE SOUZA	030.839.351-10	48	27
ISSAUR ROSA DE ALMEIDA	926.358.492-34	29	15
ELIAS LUIS DE OLIVEIRA	849.434.081-68	11	19
BRUNA GABRIELLY RIBEIRO PINHEIRO	423.844.348-96	10	14
ANA PAULA SALVADOR DOS SANTOS	013.880.161-41	29	18
ZILTO ELIAS DA SILVA	415.783.501-82	17	14

São José do Rio Preto/SP, 13 de Maio de 2025.  
**JAMIL PEDROZO NASSIF - DIRETOR**

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SECRETARIA ADJUNTA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0034/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO (SIGADOC) Nº SES-PRO-2024/32051

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso torna público que realizará a licitação em epígrafe, conforme indicado abaixo.

**DATA DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** a partir do dia 15/05/2025 até às 08h15min (horário de Cuiabá/MT - 09h15min Horário de Brasília/DF) do dia 29/05/2025.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E PROPOSTAS:** a partir das 08h30min (horário de Cuiabá/MT - 09h30min horário de Brasília/DF) do dia 29/05/2025.

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS (BOLSAS DE SANGUE), COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME COMODATO DE EQUIPAMENTOS TOTALMENTE AUTOMATIZADOS PARA A COLETA DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO DE BOLSAS DE HEMOCOMPONENTES, SENDO O OBJETO DIVIDIDO EM 2 (DOIS) ITENS A SABER: IDENTIFICADO COMO OBJETO 01 (01 A) COMODATO DE EQUIPAMENTOS TOTALMENTE AUTOMATIZADOS PARA A COLETA DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, O OBJETO 02 DO LOTE ÚNICO (02A) É O FORNECIMENTO DE INSUMOS (BOLSAS DE SANGUE) PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, COM A CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, VALIDAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA COLETA E PROCESSAMENTO DOS HEMOCOMPONENTES. OS ACESSÓRIOS SERÃO FORNECIDOS SEM ONUS, PARA CONTROLE DE QUALIDADE LABORATORIAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PARA ATENDER A DEMANDAS DO MT-HEMOCENTRO.

O Edital está disponível no Portal de Aquisições <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/scg/faces/pub/scg/edificacoes/PropostaFormecedorEDI.ConsultaPageList.jspx>, onde será realizada a sessão pública e todas as operações relativas ao certame.

E no site da Secretaria de Estado de Saúde Link: <https://www.saude.mt.gov.br/unidade/licitacoes/837/pr/ego-eletronico>. Contato: E-mail [pregao02@ses.mt.gov.br](mailto:pregao02@ses.mt.gov.br) e (65) 3613-5410 - Coordenadoria de Aquisições.

Cuiabá-MT, 14 de maio de 2025.  
**Ideuzete Maria da Silva Albuquerque Tercis**  
Progeiroa Oficial SES-MT

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SECRETARIA ADJUNTA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0034/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO (SIGADOC) Nº SES-PRO-2024/32051

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso torna público que realizará a licitação em epígrafe, conforme indicado abaixo.

**DATA DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** a partir do dia 15/05/2025 até às 08h15min (horário de Cuiabá/MT - 09h15min Horário de Brasília/DF) do dia 29/05/2025.

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E PROPOSTAS:** a partir das 08h30min (horário de Cuiabá/MT - 09h30min horário de Brasília/DF) do dia 29/05/2025.

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS (BOLSAS DE SANGUE), COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME COMODATO DE EQUIPAMENTOS TOTALMENTE AUTOMATIZADOS PARA A COLETA DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO DE HEMOCOMPONENTES, SENDO O OBJETO DIVIDIDO EM 2 (DOIS) ITENS A SABER: IDENTIFICADO COMO OBJETO 01 (01 A) COMODATO DE EQUIPAMENTOS TOTALMENTE AUTOMATIZADOS PARA A COLETA DE BOLSAS DE SANGUE, PROCESSAMENTO E SEPARAÇÃO PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, COM A CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, VALIDAÇÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DA COLETA E PROCESSAMENTO DOS HEMOCOMPONENTES. OS ACESSÓRIOS SERÃO FORNECIDOS SEM ONUS, PARA CONTROLE DE QUALIDADE LABORATORIAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PARA ATENDER A DEMANDAS DO MT-HEMOCENTRO.

O Edital está disponível no Portal de Aquisições <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/scg/faces/pub/scg/edificacoes/PropostaFormecedorEDI.ConsultaPageList.jspx>, onde será realizada a sessão pública e todas as operações relativas ao certame.

E no site da Secretaria de Estado de Saúde Link: <https://www.saude.mt.gov.br/unidade/licitacoes/837/pr/ego-eletronico>. Contato: E-mail [pregao02@ses.mt.gov.br](mailto:pregao02@ses.mt.gov.br) e (65) 3613-5410 - Coordenadoria de Aquisições.

Cuiabá-MT, 14 de maio de 2025.  
**Ideuzete Maria da Silva Albuquerque Tercis**  
Progeiroa Oficial SES-MT

**SOLICITE PÁGINA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP BRASIL**

Para obter a assinatura digital ICP Brasil conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Solicite o Certificado no E-mail: [comercial@diariodecuiaba.com.br](mailto:comercial@diariodecuiaba.com.br)

**JORNAL IMPRESSO E DIGITAL COM CIRCULAÇÃO EM TODO ESTADO DE MATO GROSSO**

**www.diariodecuiaba.com.br**

Esta página faz parte da edição impressa e digital produzida pelo Jornal Diário de Cuiabá com circulação em todo Estado de Mato Grosso. Documento assinado eletronicamente com certificado Digital ICP Brasil.

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL CONFORME LEI 13.818/2019 VERIFICAÇÃO ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR